



## Ministério Público denuncia 40 por causa do mensalão

Quarenta pessoas envolvidas no chamado esquema do mensalão foram denunciadas pelo procurador-geral da República, Antônio Fernando Souza, ao Supremo Tribunal Federal. O ministro Joaquim Barbosa, relator do caso e que foi nomeado pelo governo petista, recebeu a denúncia nesta terça-feira (11/4) e determinou a notificação de todos os acusados, para que, no prazo de 15 dias, ofereçam resposta à denúncia.

Barbosa também revogou o sigredo de Justiça do inquérito que apura o esquema. Assim, permanecem em sigilo apenas documentos protegidos pelo sigilo bancário, fiscal ou telefônico. Estes devem ser lacrados e franqueados apenas aos advogados do investigados.

Entre os denunciados estão os ex-ministros José Dirceu e Luiz Gushiken, os ex-dirigentes do PT José Genoíno, Delúbio Soares e Sílvio Pereira, o empresário Marcos Valério, e os publicitários Duda Mendonça e sua sócia Zilmar Fernandes. Também são acusados de participar do esquema os parlamentares João Paulo Cunha, José Janene Pedro Henry, José Borba e Professor Luizinho. Eles são acusados de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, evasão ilegal de divisas, corrupção ativa e passiva e peculato. Antonio Fernando enviou a denúncia ao STF no dia 30 de março.

De acordo com a investigação do procurador-geral, o esquema do mensalão era uma organização criminoso dividida em três núcleos: o político-partidário, o publicitário e o financeiro. Para garantir apoio no Congresso, ajudar na eleição de aliados e fazer caixa para novas campanhas, o estado-maior do PT desembolsava altas quantias aparentemente recebidas em troca de favorecimento da máquina pública.

O núcleo político partidário (composto por José Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares e Sílvio Pereira) pretendia garantir a permanência do Partido dos Trabalhadores no poder com a compra de suporte político de outros partidos e com o financiamento irregular de campanhas. Esse núcleo era o responsável por repassar as diretrizes de atuação para os outros dois núcleos.

O segundo núcleo — composto por Marcos Valério, Rogério Tolentino, Cristiano Paz, Ramon Hollerbach, Simone Vasconcelos e Geiza Dias — era responsável por receber vantagens indevidas de integrantes do governo federal e de contratos com órgãos públicos (como por exemplo os contratos de publicidade da Câmara dos Deputados, do Banco do Brasil e da Visanet).

E o terceiro núcleo — composto por José Augusto Dumont, Kátia Rabelo José Roberto Salgado, Ayanna Tenório e Vinícius Samarane — teria entrado na organização criminoso em busca de vantagens indevidas e facilitava as operações de lavagem de dinheiro.

A denúncia da Procuradoria-Geral República arrola parlamentares de cinco partidos (PP, PL, PTB, PMDB e PT) como beneficiários do esquema. Eles vão responder por corrupção passiva e peculato.

O procurador-geral explica que ofereceu a denúncia antes da conclusão do relatório da CPI para que não houvesse influência do debate político-partidário constante do relatório e também para que os parlamentares não fossem influenciados pela investigação do Ministério Público. "A denúncia coincide



com o trabalho da CPI", diz, acrescentando que as informações do relatório ainda podem ser inseridas na ação penal.

Nesta terça-feira (11/4), o relatório da CPI foi entregue ao procurador-geral da República pelo presidente da Comissão, senador Delcídio Amaral, o vice-presidente, deputado Asdrubal Bentes, e os relatores Osmar Serraglio e Onix Lorenzoni.

Agora, o inquérito prossegue com investigações remanescentes, o que ainda pode gerar novas denúncias. Clique no link para ler a íntegra da denúncia — <http://www.conjur.com.br/pdf/mensalao.pdf>

## **INQ 2.245**

### **Date Created**

11/04/2006